

Referência: Processo nº 202500055000628

Interessado: INDUSTRIA QUIMICA DO ESTADO DE GOIAS - IQUEGO

Assunto: Aquisição de suporte tipo pedestal de chão para TV.

PARECER IQUEGO/AJ-18519 Nº 45/2025

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR. AQUISIÇÃO DE 1 (UM) SUPORTE TIPO PEDESTAL DE CHÃO PARA TV. ART. 29, II, DA LEI Nº 13.303/2016. OBSERVÂNCIA DO PLANEJAMENTO E DO LIMITE LEGAL. POSSIBILIDADE.

DO RELATÓRIO

Os autos foram encaminhados a esta Assessoria para manifestação acerca da aquisição de 1 (um) suporte tipo pedestal de chão para TV.

O processo teve início a partir da Tecnologia da informação e Comunicação, solicitando a contratação, conforme Despacho nº 119/2025-TIC (*Evento 78232080*) e Termo de Referência (*Evento 78206420*).

A Diretora-Presidente autorizou a contratação, conforme Despacho nº 1179/2025-GAB (*Evento 78236723*).

A Assessoria de Compras Governamentais instruiu o processo com as informações preliminares pertinentes, conduzindo a pesquisa de mercado e apresentando o Mapa de Cotação nº 94/2025. O valor estimado para a contratação foi de R\$ 943,08 (novecentos e quarenta e três reais e oito centavos) (*Evento 78584280*).

Os recursos financeiros necessários para efetuar o pagamento da contratação foram assegurados conforme dotação orçamentária nº 2025.3190.10.122.4200.4243.04.15000100.90.0000, Fonte: 15000100; Descrição da Natureza: 4.4.90.52.14 (*Evento 78607363*).

Por meio do Despacho nº 514/2025-CTRL, o Controller manifestou-se pelo prosseguimento do feito (*Evento 78719386*).

Nesse contexto, a Assessoria de Compras Governamentais, conforme Justificativa apresentada no *Evento 78905434*, sugere o enquadramento legal da despesa sob o inciso II do art. 29, da Lei Federal 13.303/2016.

Ressalte-se que a contratação pretendida será realizada por meio de Dispensa Eletrônica com disputa, nos moldes do art. 47, § 3º, alínea "b", da Instrução Normativa nº 01/2025[1].

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, é válido observar que a análise feita por esta Assessoria Jurídica cinge-se aos limites da demanda apresentada, elaborada sob a ótica jurídico-formal, de acordo com a legislação aplicável vigente e o Regulamento Interno de Licitações da IQUEGO, sem considerar elementos de caráter técnico, econômico ou financeiro, tais como dotação orçamentária, saldo, fracionamento de despesa, bem como critérios de conveniência e oportunidade administrativa. Quanto a estes, parte-se da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação ao interesse público, tendo observado todos os requisitos legalmente impostos.

Isto posto, passamos a análise do expediente.

Licitar é a regra. É procedimento administrativo pelo qual o ente público – inclusive a Sociedade de Economia Mista – procede a uma seleção, de forma imparcial, entre interessados, avaliando através de requisitos objetivos, aquele que melhor atende a sua pretensão. Leva em conta princípios como impessoalidade, moralidade, eficiência, legalidade, economicidade e, até onde é possível valorar objetivamente, o aspecto técnico. Entretanto, a Lei nº 13.303/16 apresenta as exceções legais ao dever de licitar.

É sabido que o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. Porém, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

No entanto, como mencionado no comando constitucional, coube à legislação infraconstitucional disciplinar as hipóteses em que tal procedimento poderia ser dispensado, dispensável ou inexigível.

No caso, cuida-se de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 29, inciso II, das Lei 13.303/2016^[2] sendo dispensável a licitação *"para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez."*

No mesmo sentido, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da IQUEGO trata da possibilidade da dispensa do procedimento licitatório em seu artigo 121:

Art. 121. Poderão ser realizadas contratações sem prévia licitação nos seguintes casos:

I - Inaplicabilidade de Licitação, prevista no Art. 28, § 3º da Lei 13.303/16;

II - Dispensa de Licitação, nas hipóteses descritas no Art. 29 da Lei 13.303/16, quais sejam:

III - Inexigibilidade de Licitação, nos casos de inviabilidade de competição, na forma do Art. 30 da Lei 13.303/16.

§ 1º As disposições deste Título não se aplicam às hipóteses de que tratam o Inciso I deste Artigo.

§ 2º Os casos de dispensa de licitação dispostos no Art. 29 da Lei 13.303/16, são:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez; (grifamos)

A hipótese descrita no inciso II, do art. 29 da Lei Federal nº 13.303/2016 é fruto de uma condicionante de cunho econômico que dispensa a instauração de licitação sob a fundamentação que seria mais dispendioso ao poder público o custo de sua realização do que as vantagens e benefícios possivelmente auferidos com sua efetivação.

Observa-se que, nestas hipóteses, o baixo valor da compra/serviço é tal que não justificaria a movimentação da máquina pública. Seria incongruente a Administração adotar um procedimento licitatório que lhe exigisse maior dispêndio financeiro com custas processuais do que como próprio objeto da aquisição.

Importante ressaltar que não só o princípio da economicidade, mas também o da moralidade vinculam o Administrador a decidir pela forma menos onerosa aos cofres públicos.

Com efeito, vale ressaltar a lição de Marçal Justem Filho quanto ao tema^[3]:

"A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento quanto menor for o valor despendido pela Administração Pública."

Ainda, quanto às hipóteses de dispensa em razão do valor é relevante o entendimento de Edgar Guimarães^[4]:

"Assim se passa porque nas situações o certame licitatório seria por demais dispendioso, não podendo ser suportado pelos benefícios auferidos de sua realização. Significa dizer que a dispensa se justifica em razão do atendimento ao interesse público sob o prisma da economia administrativa."

Entretanto, para identificar o cabimento ou não da dispensa em razão do valor, deve-se considerar o total do gasto provocado pelo objeto a ser contratado, vedando-se o que comumente é chamado de fracionamento de despesa. Assim a verificação do cabimento ou não da dispensa de licitação em razão do valor não permite ao gestor público que considere as despesas contratuais de modo aleatório e individual, ou seja, como se cada contrato fosse próprio e independente.

Ao contrário, a questão está diretamente ligada ao dever de planejamento que incide sobre a Administração.

Conforme se estrai da lição de Edgar Guimarães^[5]:

“O planejamento, em síntese, constitui a atividade estratégica dirigida a permitir a execução eficiente da ação pública, ou seja, possibilitar a aplicação da melhor alternativa existente para a satisfação da necessidade com menor dispêndio burocrático (tempo, recursos humanos, entre outros) e financeiros. Daí porque a Administração deve, ao identificar a necessidade de uma contratação, avaliar o contexto da sua totalidade. Em outros termos, é preciso identificar qual a real demanda e se apenas uma contratação será suficiente para satisfazê-la”.

No caso, cuida-se de procedimento visando a aquisição de um 1 (um) suporte tipo pedestal de chão para TV.

O departamento solicitante apresenta a justificativa para a necessidade da contratação, conforme descrito no item 2 do Termo de Referência, vejamos:

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente aquisição tem por objetivo atender à necessidade de um suporte pedestal para TV, visando otimizar o uso de equipamento audiovisual na sala de reuniões da IQUEGO.

2.2. A solução proposta trará benefícios como:

2.2.1. Melhor posicionamento e estabilidade do televisor, evitando riscos de queda e danos ao equipamento;

2.2.2. Mobilidade e ajuste de altura, permitindo adequar a posição da tela conforme o tipo de atividade;

2.2.3. Otimização do espaço e organização do ambiente corporativo;

2.2.4. Facilitação de apresentações, videoconferências e treinamentos, contribuindo para a eficiência das reuniões institucionais.

O valor estimado para a contratação foi de R\$ 943,08 (novecentos e quarenta e três reais e oito centavos), conforme registrado no Mapa de Cotação nº 94/2025-ACG (*Evento 78584280*).

Ressalta-se que a estimativa de preços observou os parâmetros definidos nos artigos 6º e 7º do Decreto Estadual nº 9.900/2021, valendo-se de fontes de pesquisa, tais como o Banco de Preços Públicos, contratações similares realizadas pela Administração Pública e cotações obtidas junto a fornecedores, conforme registrado nos eventos correlatos do processo.

Com efeito, verifica-se que a contratação do objeto em questão constitui pequena despesa de pronta entrega, no valor estimado de R\$ 943,08 (novecentos e quarenta e três reais e oito centavos), valor este que não ultrapassa o limite legal para dispensa de licitação em razão do montante, fixado em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme previsto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da IQUEGO.

O Termo de Referência define as especificações técnicas do produto a ser adquirido, as condições de fornecimento e demais obrigações, conforme disposto no RILC da IQUEGO (*Evento 78206420*)

Insta destacar, por fim, que a contratação pretendida será realizada por meio de Dispensa Eletrônica com disputa, nos moldes do art. 47, § 3º, alínea "b", da Instrução Normativa nº 01/2025.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, constatada a aptidão do objeto para contratação por dispensa de licitação, a situação enquadra-se na hipótese legal que autoriza a contratação direta, com fundamento no art. 29, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, e no art. 121, § 2º, inciso II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da IQUEGO.

É o parecer.

Encaminhem-se os autos à Assessoria de Compras Governamentais para conhecimento e os devidos fins.

[1] Art. 47. O Controller manifestará acerca da regularidade dos procedimentos adotados e encaminhará os autos à Assessoria de Compras Governamentais para:

[...]

§ 3º. A escolha do processo adequado deverá considerar as características da contratação, a natureza do serviço ou produto a ser adquirido e as diretrizes legais vigentes.

[...]

b) Dispensa Eletrônica (com disputa): Caracteriza-se pela abertura de um período para o recebimento de propostas, com duração mínima de três dias úteis. Após esse prazo, realiza-se uma sessão de lances, onde as empresas concorrem eletronicamente pela contratação, promovendo a transparência e compe

[2] Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

[3] JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos. 15. Ed., São Paulo: Dialética, 2012, p. 335.

[4] GUIMARÃES, Edgar. Contratação Direta: Comentários às hipóteses de licitação dispensável. Curitiba, PR: Negócios Públicos, 2013, p. 38.

[5] Ibidem. p. 41.

GOIANIA, 01 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **OSEAS JONAS DE OLIVEIRA, Assessor (a) Jurídico (a)**, em 01/09/2025, às 14:57, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **79037495** e o código CRC **391C8B95**.



Referência: Processo nº 202500055000628



SEI 79037495